https://doi.org/10.62987/gz8yjp10

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

# RECONSTITUINDO MEMÓRIAS, ROMPENDO SILÊNCIOS: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO NORDESTE DURANTE A DITADURA MILITAR

**Leonardo Neves Cordeiro**
Universidade de Pernambuco (UPE), campus Petrolina. Licenciado em História. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-6061-8618. E-mail: leonardo.nevescordeiro@upe.br.

**Ana Clara Farias Brito**
Universidade de Pernambuco (UPE), campus Petrolina. Doutora em História; Professora Adjunta. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-2784-837[COMPLETAR]. E-mail: ana.brito@upe.br.

**Resumo:** A presente pesquisa tem por objetivo analisar a resistência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) na região Nordeste durante o período de redemocratização, entre 1980 e 1988, tendo como referência as experiências do Grupo Gay da Bahia (GGB), do Grupo de Afirmação Homossexual (GATHO) e do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS). Trata-se de pesquisa histórica, documental e qualitativa, baseada em boletins, cartazes e demais materiais produzidos pelos grupos, analisados em diálogo com a bibliografia sobre o tema. O recorte temporal compreende um período de significativas transformações sociais e políticas no Brasil, como o surgimento de novos movimentos sociais, as mobilizações pela ampliação de direitos e a Assembleia Nacional Constituinte. Os resultados indicam que o MHB enfrentou a classificação das homossexualidades como transtorno no Código 302, reivindicou direitos e participação no processo constituinte e respondeu à epidemia de HIV/aids, e que os grupos nordestinos conquistaram avanços locais, como dispositivos contra a discriminação por orientação sexual em Sergipe e em Olinda. Conclui-se que essas experiências evidenciam a atuação de sujeitos historicamente marginalizados na redemocratização brasileira e ampliam a compreensão da diversidade dos movimentos sociais do período.

**Palavras-chave:** Movimento Homossexual Brasileiro. Redemocratização. Nordeste. Ditadura militar.

# RECONSTRUCTING MEMORIES, BREAKING SILENCES: THE HOMOSEXUAL MOVEMENT IN NORTHEASTERN BRAZIL DURING THE MILITARY DICTATORSHIP

**Abstract:** This research aims to analyze the resistance of the Brazilian Homosexual Movement (MHB) in the Northeast region during the redemocratization period (1980–1988), focusing on the experiences of the Gay Group of Bahia (GGB), the Homosexual Affirmation Group (GATHO) and the Dialogay Group of Sergipe (GDS). It is a historical, documentary and qualitative study based on bulletins, posters and other materials produced by the groups, analyzed in dialogue with the literature on the subject. The period covers significant social and political transformations in Brazil, including the emergence of new social movements, mobilizations for the expansion of rights and the National Constituent Assembly. The results indicate that the MHB fought the classification of homosexuality as a disorder under Code 302, demanded rights and participation in the constituent process and responded to the HIV/AIDS

epidemic, and that the Northeastern groups achieved local advances, such as provisions against discrimination based on sexual orientation in Sergipe and Olinda. It is concluded that these experiences highlight the role of historically marginalized actors in Brazil's redemocratization and broaden the understanding of the diversity of social movements in that period.

**Keywords:** Brazilian Homosexual Movement. Redemocratization. Northeast. Military dictatorship.

## RECONSTRUYENDO MEMORIAS, ROMPIENDO SILENCIOS: EL MOVIMIENTO HOMOSEXUAL EN EL NORESTE DE BRASIL DURANTE LA DICTADURA MILITAR

**Resumen:** Esta investigación tiene como objetivo analizar la resistencia del Movimiento Homosexual Brasileño (MHB) en la región Noreste durante el período de redemocratización, entre 1980 y 1988, tomando como referencia las experiencias del Grupo Gay de Bahía (GGB), el Grupo de Afirmación Homosexual (GATHO) y el Grupo Dialogay de Sergipe (GDS). Se trata de una investigación histórica, documental y cualitativa, basada en boletines, carteles y demás materiales producidos por los grupos, analizados en diálogo con la bibliografía sobre el tema. El marco temporal abarca un período de importantes transformaciones sociales y políticas en Brasil, como el surgimiento de nuevos movimientos sociales, las movilizaciones por la ampliación de derechos y la Asamblea Nacional Constituyente. Los resultados indican que el MHB enfrentó la clasificación de la homosexualidad como trastorno en el Código 302, reivindicó derechos y participación en el proceso constituyente y respondió a la epidemia del VIH/sida, y que los grupos del Noreste lograron avances locales, como disposiciones contra la discriminación por orientación sexual en Sergipe y en Olinda. Se concluye que estas experiencias evidencian la actuación de sujetos históricamente marginados en la redemocratización brasileña y amplían la comprensión de la diversidad de los movimientos sociales del período.

**Palabras clave:** Movimiento Homosexual Brasileño. Redemocratización. Noreste. Dictadura militar.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo pautar as formas de resistência da população de homossexuais entre os anos de 1980 e 1988. Para tanto, serão analisadas as trajetórias do Grupo Gay da Bahia (GGB), do Grupo de Afirmação Homossexual (GATHO) e do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), destacando suas ações e contribuições para a luta por direitos e reconhecimento durante o processo de abertura política.

A escassez de estudos sobre esses grupos contrasta com a intensidade da repressão a que foram submetidos durante o regime militar. Organizações e indivíduos ligados à homossexualidade foram alvos de uma repressão de caráter moral, sendo frequentemente classificados como

subversivos por supostamente ameaçarem a ordem social vigente. Na perspectiva dos setores conservadores que sustentavam o regime, a homossexualidade representava um risco à juventude e aos valores considerados fundamentais para a manutenção da sociedade, especialmente à instituição da família. Nesse sentido, a repressão promovida pela ditadura militar não se restringiu aos mecanismos de controle político e à censura utilizada para moldar a opinião pública em favor do governo.

O regime também se caracterizou pela imposição de uma ordem moral conservadora, que buscava disciplinar comportamentos e sexualidades considerados desviantes. As políticas sexuais implementadas pelo Estado funcionaram como importantes instrumentos de repressão moral contra homossexuais e outros sujeitos que fugiam aos padrões heteronormativos defendidos pelo regime. No final da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, as sexualidades dissidentes passaram a ser alvo de vigilância, perseguição e estigmatização, reforçando mecanismos de exclusão social e de controle dos corpos que extrapolavam o campo estritamente político (Quinalha, 2021).

Esses grupos emergiram no final da década de 1970 e no início da década de 1980, período marcado por profundas transformações políticas e sociais no Brasil. O processo de abertura política, iniciado no final da década de 1970, favoreceu a reorganização da sociedade civil e o surgimento de diversos movimentos sociais (Napolitano, 2014). Para o Movimento Homossexual Brasileiro, esse contexto representou um momento de importantes mudanças. A criação de novos grupos em diferentes estados e regiões do país ampliou a capilaridade do movimento e diversificou suas pautas de atuação. Além das reivindicações relacionadas ao reconhecimento da homossexualidade e ao combate à discriminação, passaram a ganhar destaque questões ligadas à cidadania, aos direitos humanos e, posteriormente, ao enfrentamento da epidemia da AIDS.

Dessa forma, os grupos nordestinos desempenharam um papel fundamental na expansão do movimento para além dos grandes centros urbanos do Sudeste, contribuindo para a construção de novas estratégias de mobilização e afirmação das identidades homossexuais no cenário

político nacional. Assim, pretende-se visibilizar a pluralidade geográfica e política do movimento, revelando novos sujeitos e estratégias de mobilização que permaneceram à margem dos estudos tradicionais.

**Metodologia**

A pesquisa é histórica, documental e de cunho qualitativo; deste modo, a metodologia do presente trabalho consiste no levantamento e na análise de documentos, especificamente os boletins e materiais produzidos pelos grupos, bem como materiais bibliográficos sobre a temática.

Os materiais utilizados são fontes produzidas pelos grupos homossexuais na década de 1980. Essas fontes utilizadas são pôsteres e boletins informativos que circularam no cenário nacional nesse mesmo período, com o objetivo de comunicar e expor as principais políticas do Movimento Homossexual Brasileiro. Ao analisar esse material, utilizou-se como base bibliográfica Gil (2002), que contribuiu para a organização e sistematização da pesquisa documental, auxiliando também na seleção de dados para compor a pesquisa bibliográfica.

Assim, a análise documental foi realizada a partir dos seguintes eixos: objetivos dos Grupos, com o levantamento das principais pautas de cada grupo; ações repressivas da ditadura ou da sociedade civil, com o intuito de compreender as principais violências praticadas pela estrutura repressiva da ditadura militar e a resistência dos grupos aos mecanismos de repressão, onde se problematiza como os grupos reagiam a essas violências e quais eram os instrumentos usados para se contrapor a essa violência.

**Entre impasses e lutas: o Movimento Homossexual Brasileiro**

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) surge em um contexto de reabertura política no país. A derrubada do Ato Institucional nº 5 possibilitou uma reorganização dos movimentos sociais e uma maior manifestação da população contra o regime. Entretanto, ainda nesse período, alguns grupos estigmatizados, como os homossexuais, sofriam dura repressão do

regime. Quinalha (2017) expõe que a Ditadura Civil-Militar oprimia grupos considerados dissidentes, como homossexuais, travestis e prostitutas, por não se adequarem aos padrões morais defendidos pelo regime.

A partir da conceituação de Simões (2023), as sexualidades dissidentes referem-se a um entendimento de ruptura das divisões de gênero e sexualidade, sendo dissidentes aqueles que se diferenciam da norma sexual e de gênero presente na sociedade, tanto na forma de se relacionar quanto na maneira de se comportar. Por exemplo, dois homens, ao se relacionarem afetivamente ou sexualmente, estariam fora do padrão de relacionamento baseado na união entre um homem e uma mulher. Com isso, suas práticas afetivo-sexuais contrariavam as normas socialmente estabelecidas. Nesse contexto, durante a Ditadura Civil-Militar, uma das justificativas utilizadas para a repressão à homossexualidade fundamentava-se na ideia de que esses indivíduos representariam uma ameaça à juventude e à instituição familiar, consideradas pilares da moral e dos valores defendidos pelo regime.

Assim, uma das justificativas do regime para a repressão aos chamados "subversivos" era a defesa da moral e dos bons costumes, sob o argumento de proteção à família, considerada um dos pilares da sociedade e da democracia ocidental em ameaça (Quinalha, 2021). Nesse sentido, a ditadura militar utilizou esse discurso para legitimar mecanismos repressivos, promovendo a perseguição de homossexuais e travestis. Essa repressão moral intensificou-se no início da década de 1980, com as chamadas operações de "limpeza moral" organizadas pelo regime. Uma das principais figuras envolvidas nessa ação repressiva foi o então delegado de São Paulo José Wilson Richetti, que atuou na Operação Rondão, cujo objetivo era "tirar das ruas os pederastas, os maconheiros e as prostitutas" (Quinalha, 2021, p. 101). A operação contou com um amplo aparato repressivo, com apoio de Rubens Liberatori, diretor do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN), do secretário de Segurança Pública Otávio Gonzaga e do comandante do II Exército, general Milton Tavares (Quinalha, 2021).

Essas operações de Richetti foram marcadas por muitas arbitrariedades, com prisões ilegais de travestis, homossexuais e prostitutas, o que possivelmente resultou na morte de algumas pessoas

(Quinalha, 2021). Essa violência contou com o apoio da sociedade civil, de comerciantes e, especialmente, da grande imprensa, que contribuiu para a disseminação de discursos estigmatizantes sobre travestis, associando-as à prática de diversos delitos na cidade. Esse apoio de ambas as camadas da sociedade forneceu base e legitimidade às operações de Richetti, apresentadas como medidas de combate à criminalidade na cidade de São Paulo (Quinalha, 2021).

Foi nesse contexto de forte repressão moral que surgiu o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), no final da década de 1970, tendo como marcos importantes o jornal *Lampião da Esquina* e o grupo Somos. O jornal surgiu com o objetivo de informar e debater questões relacionadas à sexualidade sem estigmatização, em contraposição à imprensa tradicional, que frequentemente tratava a homossexualidade de forma negativa. Editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais, o jornal foi distribuído em todo o país e contou com nomes como o escritor e dramaturgo Aguinaldo Silva. Além de tratar da homossexualidade, buscava também dialogar com outras minorias, como negros, mulheres, indígenas e movimentos ecológicos (McRae, 2018).

Em 1979, surge o grupo Somos, considerado pioneiro na organização do movimento no Brasil. O grupo surgiu a partir da insatisfação de homossexuais com a restrição de sua vida social nos guetos (McRae, 2018). Inicialmente formado por intelectuais e artistas, ampliou-se com a participação de profissionais liberais. Entre suas ações, destacou-se o envio de uma carta de protesto contra a forma difamatória com que a imprensa tratava a homossexualidade. A partir dessas articulações, o Somos tornou-se o primeiro grupo organizado do MHB e foi responsável pela articulação de encontros como o EGHO (Encontro de Grupos Homossexuais Organizados) e pela defesa de pautas importantes, como a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde e o reconhecimento de direitos civis para pessoas homossexuais.

Apesar de sua relevância histórica, o MHB daquele período não correspondia ao escopo do que hoje se denomina comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que sua atuação foi majoritariamente

centralizada na figura do homem homossexual, gerando tensões e o apagamento de pautas de mulheres lésbicas e transexuais. Estas últimas enfrentavam severa exclusão e falta de reconhecimento de suas identidades de gênero por parte de integrantes do próprio movimento, sendo muitas vezes rotuladas apenas como homossexuais ou, em casos mais extremos, vistas como um elemento que "prejudicava" a busca por respeitabilidade social do grupo.

Essa marginalização reflete os limites conceituais da época, visto que as noções contemporâneas de transgeneridade e cisgeneridade ainda não estavam consolidadas nos debates políticos e científicos dos anos 1980. Assim como a própria homossexualidade passou por profundas transformações e disputas de significado ao longo do século XX, deixando de ser vista sob a ótica da patologia para ser compreendida como identidade político-cultural, a percepção sobre as identidades de gênero também era atravessada pelas limitações históricas daquele contexto de transição democrática.

Rubin (2017) evidencia que tanto o gênero quanto a sexualidade são aspectos atravessados por discursos sociais que produzem significações conforme interesses de determinados agentes, configurando-se como construções sociais historicamente situadas. Seguindo essa linha de raciocínio, as relações entre pessoas do mesmo sexo, nas décadas de 1970 e 1980, eram frequentemente interpretadas a partir do discurso médico, uma das principais bases normativas da sociedade no período. Influenciados por esse discurso, foram elaborados códigos que classificavam a homossexualidade como uma condição patológica, como no código 302, que incluía “[...] o “homossexualismo” na lista de doenças, definido como “desvio e transtorno sexual, reproduzindo integralmente as previsões da CID” (Lelis, 2021a, p. 62).

Contudo, no contexto da década de 1980, essa definição começa a mudar com a luta do MHB contra esse discurso que patologizava a homossexualidade e com a consequente derrubada da legislação que reforçava essa definição. Como contraponto, o GGB lutava para que essa sexualidade não fosse considerada uma patologia. Segundo o grupo: “[...] a homossexualidade não é doença. Todas as ciências garantem: é normal ser homossexual. Querer “curar” o homossexual é ignorância” (Lelis, 2021a, p. 77).

Assim, a homossexualidade passou a receber outros contornos a partir dessas colocações do GGB, sendo vista, a partir da década de 1980, por parte do MHB, como algo legítimo e inerente ao indivíduo. Essa militância do GGB acabou por iniciar a substituição do termo "homossexualismo", que carrega consigo uma conotação patológica, pelo termo "homossexualidade", cuja significação expressa uma identidade sexual legítima do ser humano (Lelis, 2021a). Desse modo, a homossexualidade foi concebida como uma doença ou desvio sexual até o início da década de 1980 e, na segunda metade da década, passou a ser definida como uma condição inerente ao ser humano ou como uma orientação legítima que faz parte da diversidade humana (Lelis, 2021a). O MHB era composto, em sua grande maioria, por homens cisgênero, de classe média, incluindo intelectuais e artistas, como Darcy Penteado. Essa predominância masculina também se refletia nas pautas do grupo nas quais, segundo McRae (2018), "as discussões e decisões grupais costumavam ser dominadas pelos homens". As mulheres sofriam com misoginia e piadas proferidas por membros do grupo Somos, sendo chamadas, em tom pejorativo, de "Rachadas" (McRae, 2018). Em razão da ausência de pautas voltadas às mulheres no grupo Somos, foi fundado, em 1980, o Grupo de Ação Lésbica Feminista de São Paulo (GALF). O grupo surgiu com o objetivo de permitir que as mulheres discutissem suas demandas específicas de forma mais aprofundada (McRae, 2018).

A criação do GALF foi fundamental para garantir às lésbicas um espaço de representação no movimento homossexual, possibilitando que suas vivências fossem expressas sem repressão ou culpabilização (Silva, 2021). Dessa forma, o grupo passou a desenvolver ações e pautas próprias, centradas nas experiências femininas. Entre suas iniciativas, destaca-se a criação do jornal *Chana com Chana*, em 1981, cujo objetivo era abordar a sexualidade feminina a partir das especificidades das mulheres, sem a predominância de narrativas masculinas (Silva; Cordão, 2021). Ainda que o *Lampião da Esquina* buscasse dialogar com diversas minorias, seu conteúdo, em alguns momentos, refletia uma perspectiva predominantemente masculina. Tanto o Somos quanto o GALF e os jornais *Lampião da Esquina* e *Chana com Chana* foram importantes para o movimento homossexual em seu início, contudo, não tiveram uma longa

permanência. Mesmo com o fim desses espaços, a luta do movimento homossexual continuou ao longo da década de 1980.

**O MHB e a sua atuação política**

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) vivenciou o contexto da segunda metade da década de 1980 com lutas institucionais, como a participação na Assembleia Constituinte de 1988. Neste período, o país vivenciava um cenário de intensa disseminação do HIV/AIDS. Essa doença teve seu primeiro caso registrado no contexto brasileiro em 1980, na cidade de São Paulo (Santos, 2025). O HIV é um vírus que compromete o sistema imunológico humano, tornando o organismo mais suscetível a infecções oportunistas, como o sarcoma de Kaposi (Brasil, 2025). Em razão da gravidade da enfermidade, os jornais passaram a noticiá-la; contudo, a mídia considerava o HIV a "[...] doença de homossexuais, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo" (Santos, 2025, p. 11).

Essa estigmatização não ocorreu por acaso, pois os primeiros dados sobre a epidemia indicavam maior número de casos entre homens homossexuais, o que levou à associação da doença à homossexualidade. Nesse contexto, passou-se a construir a ideia de que o HIV estaria restrito a esse grupo, o que contribuiu para a indiferença inicial do governo e para a negligência em relação às vítimas (Brasil, 2025).

Assim, o surgimento da epidemia foi marcado pelo abandono estatal e por uma forte estigmatização social da doença e das pessoas afetadas. Em resposta, o Movimento Homossexual Brasileiro passou a desenvolver ações de prevenção e mobilização, tanto em parceria com o Estado quanto por meio de iniciativas próprias, especialmente durante a expansão da epidemia. Nesse período, o Grupo Gay da Bahia (GGB), por meio de Luiz Mott, destaca ações de assistência realizadas em parceria com a BENFAM, o Ministério da Saúde e secretarias de saúde, voltadas à prevenção e ao enfrentamento do HIV/AIDS, como a distribuição de camisinhas e lubrificantes em boates e saunas, além da cobrança ao poder público pela implementação de serviços especializados (Mott, 2018). Outro grupo que realizou

ações semelhantes foi o Grupo Dialogay de Sergipe, que em parceria com o Estado promoveu seminários e cartilhas de conscientização sobre a AIDS no período, funcionando como uma ponte de diálogo entre o poder público e a população afetada pelo vírus.

Além dessa atuação no enfrentamento ao HIV/AIDS, o MHB teve uma trajetória marcada pela luta por mudanças na legislação. O Movimento Homossexual participou das chamadas subcomissões, "a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais (1C) e a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (7C)" (Lelis, 2021b, p. 60). Esses espaços tinham como objetivo debater as propostas que seriam incluídas na nova Constituição. A figura que representou o MHB nessas subcomissões na Assembleia Constituinte foi o então ativista do grupo Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas (Lelis, 2021b).

Contudo, houve mobilizações de outros grupos, como o GGB, que, junto ao Triângulo Rosa, enviaram cartas a diversos políticos e fizeram levantamentos da porcentagem de deputados constituintes que faziam parte de alguma minoria, tendo feito o envio "em 1987 – conforme registro, no mínimo 475 cartas para 288 constituintes; a maioria delas, sem resposta" (Lelis, 2021b, p. 65). A proposta que o Movimento Homossexual queria incluir nessa nova Constituição Federal era a criminalização da discriminação por orientação sexual, pois a sua inclusão significaria "incluir os homossexuais dentro da nação brasileira, reconhecê-los enquanto humanos e cidadãos" (Lelis, 2021b, p. 61). A inclusão dessa proposta também permitiria o reconhecimento de direitos à população homossexual.

João Antônio Mascarenhas, ao discursar nas subcomissões, enfrentou resistências, já que a maioria do Congresso era composta por conservadores e, consequentemente, a pauta foi rechaçada. O trecho a seguir exemplifica a posição de alguns parlamentares em relação à homossexualidade: "Não daremos auxílio nenhum para os desavergonhados possuídos pelo demônio do homossexualismo" (Lelis, 2021b, p. 65). Esse fragmento evidencia os percalços que João Antônio Mascarenhas enfrentou ao lidar com deputados como João de Deus (PDT), que proferiu a frase acima após o ativista solicitar seu apoio. Contudo, João Antônio

Mascarenhas encontrou apoio para essa pauta nas deputadas Dulce Pereira Cardoso (PT), Rosalina Santa Cruz (PT) e Benedita da Silva (PT), na época, evangélica (Lelis, 2021b).

Infelizmente, mesmo com toda a mobilização, a pauta foi rejeitada na Assembleia Constituinte, obtendo 250 votos contrários e 53 abstenções (Lelis, 2021b). Essa rejeição é resultado, em grande medida, da hegemonia política, cuja maioria era composta por conservadores . Contudo, a proposta não morreu após sua exclusão da Constituição. Houve uma mobilização para incluir essa pauta nas esferas estaduais e municipais, com o envio de pedidos de apoio a vereadores e prefeitos, como o pedido ao prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (Lelis, 2021b).

Esses esforços do Grupo Dignidade, do Grupo Triângulo Rosa e do Grupo Gay da Bahia geraram frutos, pois, segundo Lelis (2021b), a "orientação sexual" havia sido incluída em duas Constituições Estaduais de Mato Grosso e Sergipe e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e de 71 municípios, incluindo seis capitais, também incorporaram dispositivos de combate à discriminação por orientação sexual.

Portanto, percebe-se que o Movimento Homossexual Brasileiro construiu sua atuação em meio a conflitos, resistências e reivindicações, desempenhando um papel significativo na defesa dos direitos das pessoas que se identificavam como homossexuais . Essa resistência, contudo, não se restringiu à região Sudeste. No Nordeste, diferentes grupos também protagonizaram a organização e a atuação do movimento, desenvolvendo estratégias próprias de mobilização e enfrentamento, de acordo com as especificidades dos contextos sociais e políticos regionais.

## "Gays de todo mundo, uni-vos": a resistência do Movimento Homossexual Brasileiro no Nordeste

O Grupo Gay da Bahia, o Dialogay e o Grupo de Afirmação Homossexual surgem com o objetivo de lutar contra a discriminação, pela liberdade sexual e pela difusão de informações sobre a homossexualidade, já que os jornais estigmatizavam a homossexualidade, difundindo-a de forma errônea. Grupos homossexuais que surgiram nesse período, como o GGB, traziam consigo identidades, como a que está em sua nomenclatura: "Gay" (Carneiro, 2017) . Este termo

mostra a influência americana no MHB e, ao destacar esse termo, o grupo repassava a organização homossexual como sendo composta por homens e com identidade homossexual masculina.

No Nordeste, na década de 1980, surgiram três grupos homossexuais: Grupo Gay da Bahia (GGB), o Grupo de Afirmação Homossexual de Olinda (GATHO) e o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS). Para além dessas cidades e regiões, os grupos tiveram contato com grupos de outros estados, como o Somos, grupo do movimento homossexual de São Paulo, bem como o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro; inclusive, esse último grupo atuou junto com o Grupo Gay da Bahia pela derrubada do Código 302 que declarava que a homossexualidade era uma patologia.

Esses grupos organizavam eventos, como o Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), que teve apenas uma edição, em 1981, e aconteceu nas cidades de Olinda e Recife. Esse evento, que reuniu organizações do Nordeste, como o GGB e o GDS, foi coordenado pelo Grupo de Afirmação Homossexual (GATHO). Em eventos como esses, tais coletivos discutiam diversos temas, como: " […] discriminação realizada pelos meios de comunicação, explorando a homossexualidade quase sempre a partir de uma perspectiva preconceituosa e discriminatória" (Santos, 2022, p. 94).

A partir dessa análise de Santos (2022), apresentada em sua dissertação sobre a interação socioestatal do movimento LGBT no período de 1980 a 1992, compreende-se que os grupos eram articulados entre si e debatiam pautas importantes relacionadas às realidades de suas localidades, como a discriminação promovida pelos jornais da época contra as identidades sexuais e de gênero dissidentes, problema que afetava a maioria dos grupos presentes nesse evento.

Além do EGHON, esses grupos participavam em conjunto de outros eventos, como a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que mobilizou grupos homossexuais de outros estados. Inclusive, foi em um desses eventos que o GGB elencou pautas importantes, como a derrubada do Código 302 da Organização Mundial da Saúde (OMS),

conseguindo até um abaixo-assinado para essa pauta na reunião da SBPC. Do ponto de vista das pautas discutidas pelos grupos, embora compartilhassem algumas reivindicações, cada um apresentava especificidades em sua atuação. Nesse sentido, para compreender suas lutas, as circunstâncias que contribuíram para seu surgimento e as formas de mobilização desenvolvidas, é necessário considerar as particularidades da história e da trajetória de cada grupo nos estados e cidades em que atuou, bem como identificar as principais pautas e bandeiras que orientaram suas ações. Desse modo, abordam-se, neste trabalho, suas atuações até meados de 1985.

**Grupo Gay da Bahia (GGB)**

O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi fundado por Luiz Mott, junto a outros militantes em Salvador. Segundo Carneiro (2017), o grupo foi criado por consequência de uma agressão que Mott sofreu de um morador de rua em decorrência de sua sexualidade. Isso fez com que ele se reunisse com alguns amigos no dia 29 de fevereiro de 1980 e fundasse o Grupo Gay da Bahia. Carneiro (2017) destaca alguns nomes que ajudaram na fundação do grupo: Ricardo Líper, Antônio Pacheco, Alexandre Ferraz, Édino Santana, Wilson Santos, Aroldo Assunção e Huides Cunha. O novo grupo de militância homossexual, nesse contexto, trouxe outras perspectivas para o movimento. A partir de agora, o GGB trazia consigo como uma de suas pautas a luta pela dignidade civil do homossexual. O grupo foi importante também por se posicionar contra a estigmatização dos homossexuais em relação às doenças venéreas, em que muitos jornais e médicos sustentavam a homossexualidade como o principal fator para o surgimento de doenças como a AIDS/HIV.

A abertura democrática iniciada na década de 1980 foi o cenário propício ao fortalecimento institucional do Grupo Gay da Bahia (GGB). Aproveitando a reorganização do campo político, marcada pela ascensão de partidos como o PT, o grupo priorizou a luta contra a patologização da homossexualidade, concentrando esforços no Código 302 da Classificação Internacional de Doenças (CID/OMS). Desde 1965, a OMS classificava a homossexualidade como "desvio e transtorno sexual", definição adotada pelo Brasil na década de 1970. Esse código que conceitua

a homossexualidade como uma doença, especificamente sendo um desvio ou transtorno sexual, é um dispositivo legal da Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS. Antes da homossexualidade ser incluída no Código 302 a mesma foi incluída em outros dispositivos da OMS:

> [...] o "homossexualismo" foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS a partir da sua 6ª Revisão, em 1948, na Categoria 320 "personalidade patológica", por ser considerado um "desvio sexual". Esta categorização foi revista na 8ª Revisão, em 1965, na qual o homossexualismo passou a ser compreendido como pertencente a Categoria 302 "desvio e transtornos Sexuais", mais especificamente, na sub-categoria 302.0 – "Homossexualismo". Com a 9ª Revisão, em 1975, manteve-se a homossexualidade na mesma classificação. Não obstante, nesse período, muitos psiquiatras, principalmente dos Estados Unidos, já refutavam esta disposição (Laurenti, 1984, p. 344).

Como já mencionado pelo respectivo autor, a homossexualidade passa a ser vista como um transtorno ou desvio sexual na 8ª revisão, tendo o Código 302 definido a homossexualidade como sendo uma doença mental ou uma patologia. Esse mecanismo não era apenas uma nomenclatura técnica; legitimava a exclusão de homossexuais da sociedade e o estigma de "desvio mental", servindo como um dos principais pilares da repressão moral.

Em contraponto a legislações como essas, o estatuto do GGB de 1982 já estabelecia a defesa dos direitos civis e o combate ao preconceito como eixos centrais de sua atuação. A campanha pela revogação do Código 302 tornou-se o símbolo da capacidade organizativa do movimento. Em parceria estratégica com outros coletivos, como o Triângulo Rosa (RJ), o GGB articulou uma intensa pressão junto à classe política, coletando centenas de assinaturas em um abaixo-assinado contra a discriminação. Esse trabalho de mobilização foi determinante para que, em 1985, a homossexualidade fosse oficialmente retirada da lista de transtornos mentais na legislação brasileira.

> Decidimos concentrar nossa ação de coleta de assinaturas entre a classe política, considerando que os "representantes do povo" nas assembléias e câmaras constituem importante força de pressão dentro de nossa sociedade. [...] – quase 300 políticos, inclusive 42 do próprio Estado de S. Paulo, (onde o ridículo deputado homófobo de 1972 se auto-parabenizava por defender a intolerância e censura) assinaram nosso abaixo-assinado contra a discriminação aos homossexuais (Grupo Gay da Bahia, 1984, n. p.).

É importante notar que o Grupo tinha grande influência, pois, segundo o próprio trecho do boletim, com ajuda de outros grupos e militantes, conseguiu a assinatura de 300 pessoas, incluindo a de famosos, intelectuais ou políticos. Isso evidencia o poder de mobilização que o GGB tinha ao levantar uma pauta como essa. Essa luta pela derrubada do código foi realizada em conjunto com o Grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro. Luiz Mott contou com a ajuda de João Antônio Mascarenhas, militante do MHB. Assim, com esse apoio e o de outras personalidades políticas, o código foi derrubado em 1985, sendo retirado da legislação brasileira. A partir desse momento, a homossexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental.

Essa derrubada do código foi importante, pois o GGB possibilitou que os homossexuais deixassem de ser subcidadãos sem direitos e passassem a ter uma cidadania justa, sem exclusão (Carneiro, 2017).

> A vitória na luta pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como "desvio e transtorno sexual", foi encarada pelo grupo gay baiano como um avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais (Carneiro, 2017, p. 115).

Assim, ao derrubar esse código, o grupo conseguiu acabar com uma das bases que justificavam a exclusão dos homossexuais em alguns setores da sociedade e com a estigmatização referente ao grupo, colocando, aos poucos, fim aos discursos médicos que sustentavam o preconceito e acabavam por colocar barreiras, fazendo com que os homossexuais fossem impedidos de acessar empregos e até colocando-os como doentes. Outro aspecto que marca a trajetória do grupo é sua atuação para desestigmatizar discursos que assimilaram a homossexualidade às chamadas doenças venéreas como o HIV e a aids.

O GGB possuía um importante meio de comunicação por meio do qual divulgava suas atividades e notícias relacionadas aos grupos homossexuais, tanto do Brasil quanto da Europa. Esse veículo consistia em boletins produzidos pelo próprio grupo, que alcançaram grande circulação nacional, tendo uma circulação destes boletins em algumas regiões do Brasil. Com essa circulação nacional, as pessoas possivelmente teriam conhecimento do que estava em

discussão em relação à militância homossexual. Em uma de suas matérias, o boletim denuncia essa estigmatização, como é mostrado logo abaixo:

> MAIS CUIDADO COM OS GAYS. [...] No mês de Janeiro do corrente ano, no principal jornal de Salvador (*A Tarde*) e em diversos jornais do país foi publicada a seguinte declaração do Dr.Newton Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Diretor da Faculdade de Medicina da UFBA: "O assombroso crescimento dos índices de doenças venéreas no Brasil, embora principalmente decorra da liberação dos costumes verificada nos últimos anos, está sendo muito impulsionado pelos HOMOSSEXUAIS, que são 10 vezes mais perigosos para o contágio [...] (Mott, 2011, p. 35).

Nesse trecho, o boletim expõe o descontentamento do Grupo Gay com a declaração do Dr. Newton Guimarães, que atribui a culpa pelos altos índices de doenças venéreas aos homossexuais, colocando as suas práticas sexuais como as geradoras de tais enfermidades. Ao abordar questões dessa natureza em seu boletim, o grupo contribuía para dar visibilidade ao problema, fortalecer a militância e questionar os estigmas associados à homossexualidade. Para isso, recorria também a pesquisas realizadas pelo próprio grupo, utilizadas como estratégia de enfrentamento a discursos e concepções preconceituosas que circulavam naquele período. Na mesma matéria, o grupo contestou a afirmação de um médico que associava a disseminação da doença à população homossexual. Com base nos resultados de sua pesquisa, que indicavam que a maioria dos homossexuais não havia contraído a doença, o grupo procurou desconstruir essa generalização e questionar a associação entre homossexualidade e a disseminação da enfermidade. O fragmento abaixo mostra essa pesquisa:

> Pois bem, entre os nossos 131 informantes que já mantiveram relações sexuais com mais de 8.000 homossexuais diferentes, à pergunta: "Já teve alguma doença venérea?", obtivemos as seguintes respostas: NUNCA TEVE DOENÇA VENÉREA: 86 homossexuais (66%) JÁ TEVE DOENÇA VENÉREA: 45 homossexuais (34%). Quer dizer: apenas 1/3 dos homossexuais pesquisados já tiveram algum tipo de enfermidade venérea. Destes, 95% declararam ter procurado um médico para curar-se. 75% destes declararam ao médico que eram gays (Mott, 2011, p. 37).

Diante desse cenário, o GGB utilizou seus boletins para contestar essas narrativas da grande mídia, que associavam a homossexualidade à doença, à criminalidade e à marginalidade, reforçando preconceitos e justificando violências. Nesse sentido, o grupo se destacou por sua forte atuação organizativa e militante, evidenciada tanto na mobilização pela retirada do Código

302 quanto na produção e divulgação de denúncias em boletins de circulação nacional enviados a diversas instituições, contribuindo para o enfrentamento da discriminação e a defesa dos direitos da população homossexual no Brasil.

Além dessa força organizacional, o GGB também exerceu influência para além de seu estado de origem, estabelecendo contato com diversos grupos, especialmente com o Grupo Dialogay, de Sergipe. Essa relação foi marcada por uma colaboração intensa, inclusive no apoio financeiro: "na visão de Wellington, Luiz Mott foi para o Dialogay e o Movimento Homossexual Sergipano (MHS) de grande valia, e sua contribuição se deu tanto na dimensão financeira, pagando para o grupo sergipano uma caixa postal [...]." (Cardoso, 2021, p. 72).

**Grupo Dialogay de Sergipe (GDS)**

O Dialogay, considerado o primeiro grupo homossexual organizado de Sergipe, sofreu influência do Grupo Gay da Bahia, grupo ao qual o Dialogay foi próximo. Cabe destacar também que o mesmo era próximo de outras organizações ligadas ao Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), como o SOMOS e o jornal *Lampião da Esquina*. Inclusive, foi através desse jornal que Luiz Mott contatou José Silva, que, junto a outros militantes, fundou o Dialogay. Após esse encontro, José da Silva se reuniu com outros colegas militantes e fundou o Dialogay em 14 de março de 1981. O grupo era formado por " pessoas com profissões de cozinheiro, bailarino e cabeleireiro, o que inferia uma baixa escolaridade e possivelmente renda" (Melo, 2013 apud Cardoso, 2016). Deste modo, o grupo tinha em sua base a atuação de homossexuais de classe baixa ou média, diferenciando-se de outros grupos homossexuais, como o próprio GGB, cujos fundadores eram intelectuais acadêmicos, como o próprio Luiz Mott.

Após sua fundação, com o passar dos anos, o Dialogay teve uma trajetória de intensa militância e assistência aos homossexuais. Como destaca Cardoso:

> A filantropia também estava presente no grupo nesses primeiros anos, que fica claramente evidenciada no livro de ata 01, quando se encontra em seus objetivos fazer trabalhos de pedágio para ajudar homossexuais que viviam em bairros mais periféricos, além da preocupação em ajudar orfanatos e um homossexual paraplégico (Cardoso, 2021, p. 36).

Essa militância social não existia à toa, pois os próprios membros do grupo estiveram envolvidos em ações sociais, como o jovem Wellington Andrade, que teve uma participação em uma comunidade da Igreja Católica organizada pelo padre Inaldo, que objetivava fazer trabalhos sociais para com os mais desamparados socialmente, como fazer trabalhos voluntários em ajuda às travestis (Moraes, 2025). Inclusive, essa militância voltada para a pauta social estava presente em um dos seus objetivos: " […] Ratificando a nossa proposta em função da conquista de maiores espaços e direitos de amor, justiça e igualdade" (Boletim, 1982, n. p.).

Esse espírito comunitário do grupo estava presente em suas ações recreativas. Um exemplo marcante ocorreu em 1986, quando o Dialogay organizou os "Gay Games" em Aracaju (Moraes, 2025). Para além do lazer e da sociabilidade, a trajetória do Dialogay foi profundamente marcada pelo combate ao HIV/AIDS a partir da segunda metade da década de 1980. Em Sergipe, as primeiras notificações da doença surgiram em 1987. Como destaca Melo (2013), esse cenário demandou uma resposta urgente: "A primeira notificação de soropositividade em Sergipe, em 1987, e a criação de um Programa Estadual DST/AIDS, no mesmo ano, tornaram estreitas as relações do Dialogay com a Secretaria de Saúde do Estado." (Melo, 2013, p. 97).

A partir desse marco, a relação entre o grupo e o poder público se estreitou, resultando em ações conjuntas com a Secretaria de Saúde de Sergipe para a implementação do programa estadual de DST/Aids. No entanto, a atuação do Dialogay não se limitava à cooperação com o Estado; o grupo mantinha uma postura crítica e vigilante contra a estigmatização e a banalização da crise sanitária. Isso fica evidente em um manifesto publicado pelo grupo na época, no qual repudiam o uso oportunista da epidemia pela mídia e por campanhas políticas:

> O grupo Dialogay de Sergipe (Movimento pela Livre orientação Sexual) vem de público denunciar e repudiar o constante desrespeito a vida humana e à causa da AIDS que, desde a semana passada, tem sido machucada, servindo de pano de fundo para um comercial da casa dos informes, veiculado em horário nobre nas televisões (Grupo Dialogay de Sergipe, [s. d.]).

Esse posicionamento demonstra que o Dialogay combatia não apenas o vírus, mas também a espetacularização e o preconceito. Ao denunciar um comercial que tratava da AIDS com

simplismo para fins eleitorais, o grupo se colocava como guardião da dignidade das pessoas que viviam com o HIV, exigindo seriedade no debate público. Essa postura combativa e articulada gerou frutos práticos. Uma das primeiras iniciativas conjuntas com o poder público foi a realização do 1º Seminário sobre DST e AIDS no Estado de Sergipe. Posteriormente, em 1989, diante do avanço da epidemia, o Dialogay fundou o Comitê de Apoio às Vítimas da Aids (Coavita) (Melo, 2013). O Coavita desempenhou um papel crucial na humanização do tratamento, organizando, por exemplo, as vigílias internacionais em solidariedade às vítimas de Aids, em parceria com a prefeitura municipal e coletivos artísticos. Paralelamente, o Dialogay desenvolveu materiais educativos e de conscientização focados em métodos de prevenção e práticas de cuidado, estratégias de combate que ganharam forma e clareza por meio de cartazes produzidos pelo próprio grupo. Através dessa mobilização por meio de postagens, ajudaram no combate à aids e à desinformação sobre a doença nesse período. Inclusive, o grupo tomou iniciativas parecidas com as do GGB ao denunciar e repudiar o deboche e a sátira das grandes mídias em relação ao HIV, como pode ser observado no trecho acima, no qual critica a banalização do HIV em um comercial de TV. Destaca-se também, a suposta aproximação que o grupo tinha com um deputado estadual. Não se tinha conhecimento de quem era, pois não queria que soubesse sua identidade, por medo de perda de capital político e econômico (Moraes, 2025). Inclusive, Wellington tinha aproximação com políticos, como a do membro do partido dos trabalhadores Marcelo Déda Chagas. Um dos nomes políticos de que o grupo era próximo era o do vereador Abrahão Crispim, que era vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Aracaju. Essa aproximação junto ao vereador possibilitou a aprovação de projetos, como a menção aprovada pelo então vereador Abrahão Crispim, na qual realizou: “[...]uma menção de louvor em homenagem à luta dos homossexuais. [...]” (Menezes, 2018 apud Moraes, 2025, p. 85).

Além do vereador, o Dialogay tinha aproximação com um deputado estadual do PT que se tornou porta-voz do grupo na assembleia legislativa do estado (Petista, 1991 apud Melo, 2013). Essa aproximação do Dialogay nas assembleias legislativas tanto municipais quanto estaduais

gerou outros projetos importantes, como a aprovação, em 1989, do dispositivo que proíbe a discriminação em razão da orientação sexual no Art. 3º da Constituição estadual de Sergipe (Rosa, 2005 apud Cardoso, 2016). A aprovação ocorreu após a elaboração da nova Constituição em 1988, quando, infelizmente, o projeto que visava à punição da discriminação por orientação sexual não foi aprovado em âmbito nacional (Cardoso, 2016). Segundo o mesmo autor, essa aprovação evidencia uma vitória do Grupo em âmbito estadual, pois o grupo conseguiu o que o MHB de modo amplo não conseguiu. Inclusive, o grupo tinha até uma relação cordial com a então primeira-dama do estado em razão do seu apoio às ações feitas às vítimas da AIDS (Melo, 2013).

Em suma, a partir do exposto acima, o Dialogay teve uma trajetória que foi marcada por uma intensa militância relacionada a ações sociais promovidas pelo grupo, ações contra a AIDS, a partir da segunda metade da década de 1980, tendo um aspecto de grupo organizativo ao atuar junto ao Estado e sendo próximo de alguns políticos e deputados, o que resultou em aprovações importantes para a comunidade. Essa capacidade organizativa estava presente em outro grupo na região Nordeste, mais especificamente nas cidades de Olinda e Recife. Esse grupo denomina-se Grupo de Afirmação Homossexual (GATHO). Esse grupo, assim como o Dialogay no aspecto organizativo, teve atuação bastante importante no estado de Pernambuco no período de 1980 a 1985.

**O Grupo de Afirmação Homossexual de Olinda (GATHO)**

Na cidade de Olinda, homossexuais e transexuais foram alvo de diferentes formas de violência, entre elas a veiculada pela imprensa jornalística. “Prevalecia nos jornais uma abordagem que predominantemente associava homossexualidade e travestilidade à criminalidade.” (Santos, 2021, p. 3435). Ao noticiar acontecimentos envolvendo homossexuais e travestis, os jornais contribuíam para a construção e a reprodução de estigmas, reforçando representações negativas sobre esses sujeitos. Nos casos de assassinatos, por exemplo, a orientação sexual ou a identidade de gênero das vítimas era frequentemente destacada, enquanto termos pejorativos eram

utilizados para se referir a elas, contribuindo para sua estigmatização mesmo diante de situações de violência.

Santos (2021) aponta que, em meio a esse contexto de violência pela imprensa, um grupo de quatro amigos resolveu fundar uma organização de militância que fosse contrária e fizesse oposição aos tratamentos dados pelos jornais, bem como, desse atenção aos problemas de discriminação e violência direcionada aos homossexuais. Assim, surge o Grupo de Atuação Homossexual (GATHO) em 1980, com o objetivo de combater essa violência e disseminar informações sobre a homossexualidade.

O grupo tinha como metas centrais debater a homossexualidade a partir das vivências de homens e mulheres homossexuais, estabelecer intercâmbio com coletivos de outras localidades, combater a violência direcionada a essa população e difundir o conhecimento sobre o tema, tanto no âmbito interno quanto no externo da organização (Grupo de Afirmação Homossexual, 1980). Alinhado a esses objetivos, o GATHO estruturou, ainda no ano de sua fundação, um periódico de notícias da comunidade. De acordo com Santos (2023), esses boletins informativos visavam divulgar as atividades do coletivo e fomentar debates políticos e sociais. Um exemplo prático dessa atuação ocorreu no Boletim n.º 2, que reservou uma seção inteiramente dedicada a aprofundar as discussões sobre a diversidade sexual (Santos, 2022).

Após sua fundação, o grupo foi importante para o Movimento Homossexual Brasileiro. Uma das primeiras ações foi a organização do encontro de Grupos Organizados do Nordeste (EGHON) que aconteceu nos dias 19 e 21 de abril de 1981, em Olinda e Recife (Santos, 2022, p. 93). O evento organizado pelo Grupo contou com a presença de 60 pessoas; participaram deste evento os grupos “GATHO de Olinda-Pernambuco, organizador do Encontro; GGB de Salvador-Bahia; Nós Também de João Pessoa-Paraíba; e DIALOGAY de Aracaju-Sergipe” (Santos, 2022, p. 93).

Nesse evento foram deliberadas as seguintes pautas: a participação desses grupos na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a criação de uma revista intitulada Revista Bichana e a realização do segundo EGHON (Santos, 2022). A única

deliberação que se concretizou foi a participação dos grupos na reunião da SBPC em 1981, na qual tais grupos estiveram presentes, inclusive o GATHO (Santos, 2022). Cabe destacar também que o grupo participou de reuniões fora da região Nordeste.

Além de sua capacidade organizativa, o GATHO teve participação em importantes pautas do Movimento Homossexual Brasileiro. Em 1985, o grupo participou de campanhas articuladas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e pelo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro (Santos, 2022). Por meio de sua atuação política e de sua militância, o GATHO contribuiu para a defesa de direitos, especialmente na luta pela proibição da discriminação por orientação sexual e pela derrubada do Código 302 da Organização Mundial da Saúde (OMS), que classificava a homossexualidade como doença. Essa atuação também foi favorecida pela proximidade estabelecida entre integrantes do GATHO e importantes lideranças do movimento, como Luiz Mott, do GGB, e João Antônio Mascarenhas, do Triângulo Rosa.

Outra experiência relevante do Grupo foi sua aproximação com agentes políticos. Assim como o Dialogay, o grupo era próximo de figuras importantes como o então vereador de Olinda Fernando Gondim (MDB). Essa aproximação do GATHO com o vereador fez com que algumas pautas fossem levadas à Câmara Municipal, como moção de repúdio ao Código 302 da OMS, aprovada pela Câmara Legislativa Municipal de Olinda (Santos, 2022).

Outra aproximação do grupo foi com o Partido dos Trabalhadores (PT). O grupo frequentou eventos importantes do PT, como as convenções realizadas pelo partido (Santos, 2022). Por essa aproximação política que o GATHO teve com esses políticos da época e até com vereadores, foi aprovado um importante projeto que estava em voga naquele período: a proibição da discriminação por orientação sexual.

> [...] militantes do GATHO acompanharam o processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal de Olinda e através de proposições do vereador Fernando Gondim, conquistaram a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Lei aprovada e promulgada em 1990. O município de Olinda juntou-se a pequena lista de municípios brasileiros a incluir em sua lei orgânica um dispositivo contra a discriminação sexual (Santos, 2021, p. 3443).

Diante do exposto, percebe-se que o GATHO, assim como os demais grupos analisados, desempenhou um papel significativo na militância homossexual, tanto em âmbito estadual quanto nacional. A organização do EGHON evidencia sua capacidade de articulação e mobilização, ao reunir diferentes grupos homossexuais da região e proporcionar espaços de diálogo, troca de experiências e fortalecimento da militância. A aproximação com representantes do poder público também contribuiu para ampliar a atuação política do movimento e produzir resultados concretos, como a aprovação, pelo Legislativo municipal de Olinda, da proibição da discriminação por orientação sexual (Santos, 2022).

**Considerações finais**

A partir da pesquisa realizada, foi possível perceber a importância do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no processo de redemocratização do Brasil, especialmente a atuação de grupos organizados no Nordeste. A análise do Grupo Gay da Bahia (GGB), do Grupo de Afirmação Homossexual (GATHO) e do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) mostrou que esses grupos tiveram um papel importante na organização e na luta por direitos da população homossexual.

Entre 1980 e 1988, o movimento enfrentou diferentes desafios. Entre eles, estavam a luta contra a classificação da homossexualidade como transtorno no Código 302, a busca por direitos e pela participação nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte e o enfrentamento dos impactos da epidemia de HIV/AIDS. Essas questões fizeram parte das principais preocupações do movimento e contribuíram para fortalecer sua organização e sua presença no espaço público.

A análise dessas experiências também permite perceber que a redemocratização brasileira contou com a participação de diferentes grupos sociais, inclusive daqueles que durante muito tempo foram marginalizados. O MHB não apenas reivindicou direitos, mas também passou a ocupar espaços de discussão política e social, questionando preconceitos e buscando maior reconhecimento e cidadania para a população homossexual.

Nesse sentido, observar a atuação dos grupos no Nordeste é importante para ampliar a compreensão sobre a história do movimento homossexual no Brasil. As experiências do GGB, GATHO e GDS mostram que a luta por direitos não aconteceu somente nos grandes centros políticos do país, mas também foi construída em diferentes espaços e por diferentes sujeitos. Dessa forma, a pesquisa contribui para dar maior visibilidade à atuação dos grupos homossexuais nordestinos durante o período de redemocratização e para compreender como suas ações fizeram parte das transformações políticas e sociais vivenciadas no Brasil.

**Referências**

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim do Grupo de Afirmação Homossexual**. [S. l.], n. 1, 1980.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Boletim do G.G.B.** [S. l.: s. n.], 1984.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-347, 1984.

LELIS, Rafael Carrano. Despatologização, ética jornalística e Constituinte: elementos de articulação política do MHB na luta pela cidadania sexual na década de 1980. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s. l.], v. 4, n. 14, p. 54-81, dez. 2021a.

LELIS, Rafael Carrano. O movimento homossexual chega à Assembleia Constituinte. In: LELIS, Rafael Carrano. **A orientação sexual na Constituinte de 1987-1988**: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na constituição da nação brasileira. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021b. p. 51-70.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da abertura. In: GREEN, James N. et al. (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-63.

MELO, Marcos Ribeiro. **Itinerários e "lutas"**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MORAES, Matheus Andrade. **Movimento social LGBTQIAPN+**: entre tensões e disputas políticas no estado de Sergipe. 2025. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

MOTT, Luiz (org.). **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia: Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017. p. 5-55.

SANTOS, Emerson Silva. Surgimento do Grupo de Atuação Homossexual (GATHO): uma análise das primeiras experiências de organização política do movimento LGBT em Pernambuco. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: saberes plurais e resistências, Campina Grande, v. 1, p. 3433-3446, 2021.

SANTOS, Emerson Silva. **A bandeira do arco-íris no coração do Nordeste brasileiro**: repertórios de interações sociais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980-2020. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

SANTOS, João Henrique da Silva. **Entre o corpo e a política**: a influência de Herbert Daniel nas políticas públicas de enfrentamento ao HIV/Aids no Brasil (1983-1992). 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2025.